



MARCELLO CASAL JR. - ABR

Para quem ainda duvida de que por trás da atual crise política e do impeachment, liderado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), PSDB, DEM e demais partidos de oposição no Congresso Nacional, está um golpe contra os direitos do próprio trabalhador, é bom conferir os 55 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, todos cortando direitos trabalhistas.

deputados e senadores se dizia que esta seria a legislação mais retrógrada, reacionária e comprometida com o capital que já se viu desde o restabelecimento da democracia no país. E isso está sendo comprovado.

E o que isso tem a ver com o impeachment?

É preciso entender também que, para a aprovação destes projetos que rasgam literalmente a CLT e aniquilam os direitos trabalhistas e civis, é necessário se ter um presidente aliado ao capital. Assim, tentam derrubar um governo eleito para ter no Planalto um presidente que sancione todas estas leis contra o trabalhador e que serão aprovadas por um Congresso Nacional comprometido, retrógrado e reacionário.

O coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical, Nelso Beber conclama todas as bancárias e todos os bancários a fazerem uma reflexão sobre a atual conjuntura brasileira. “É necessário dizer que o golpe não é apenas contra um governo, um partido e a democracia, mas contra nós, trabalhadores e trabalhadoras. Estes projetos de leis vão anular as convenções coletivas de trabalho. Nós, bancários, que ao longo dos anos temos comemorado conquistas significativas, estamos correndo o risco de retrocessos. Precisamos dizer não a tudo isso”, diz Beber.

Quem vai pagar o pato?

Entre os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, está a proposta que torna a negociação direta entre patrão e empregado acima das leis trabalhistas chamada de Prevalência do Negociado sobre o Legisado (PL 4193/2012) e o projeto que terceiriza todos os setores das empresas, sem limites (PL 4302/1998, PLC 30/2015 e PLS 87/2010).

As propostas, numa só tacada, acabam com direitos e garantias das leis trabalhistas e aniquilam com as convenções coletivas de trabalho, como é o caso da dos bancários. Outro projeto terrível é o que impedirá o trabalhador demitido de recorrer à Justiça em casos de ilegalidades dos patrões contra os empregados.

Além destes, ainda temos outros tantos projetos em tramitação no Congresso

Nacional que colocam em risco conquistas significativas em defesa da vida, da saúde e direitos dos cidadãos e cidadãs. Entre os destaques estão a redução da maioria penal; a penalização do aborto; a retirada do símbolo de “T”, da embalagem de produtos produzidos à base de transgênicos; a mudança da nomenclatura de “agrotóxico” para “produto fitossanitário”, e outras tantas. Já em 2014, finda a eleição de

Conheça as 55 ameaças aos direitos dos trabalhadores que tramitam no Congresso

- 1 Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);
- 2 Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
- 3 Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
- 4 Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);
- 5 Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
- 6 Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 – Câmara);
- 7 Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 – Câmara);
- 8 Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);
- 9 Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 – Câmara);
- 10 Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 – Câmara);
- 11 Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);
- 12 Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
- 13 Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 – Câmara);
- 14 Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
- 15 Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
- 16 Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
- 17 Susta a Norma Regulamentadora (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
- 18 Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 – Câmara);
- 19 Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
- 20 Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
- 21 Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);
- 22 Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);
- 23 Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 – Câmara);
- 24 Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 – Senado);
- 25 Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);
- 26 Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 – Câmara);
- 27 Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexistência do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 – Câmara);
- 28 Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);
- 29 Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 – Senado);
- 30 Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 – Senado);
- 31 Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara);
- 32 Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado);
- 33 Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara);
- 34 Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);
- 35 Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 – Câmara);
- 36 Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara);
- 37 Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);
- 38 Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 – Câmara);
- 39 Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);
- 40 Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 – Senado);
- 41 Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);
- 42 Proibição de indicar dirigentes sindicais para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);
- 43 Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);
- 44 Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
- 45 Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
- 46 Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 – Câmara);
- 47 Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 – Senado);
- 48 Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização ge-
- 49 Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);
- 50 Redução da maioria penal (PEC 115/2015 – Senado);
- 51 Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 – Câmara);
- 52 Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 – Senado);
- 53 Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 – Senado);
- 54 Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as Comissões Especiais (PRC 191/2009 – Câmara);
- 55 Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

DIREITOS DO TRABALHADOR BRASILEIRO: um conflito permanente há mais de 80 anos

Foi nos anos de 1930 que o quadro Nacional-popular começou a se organizar, a partir substituição gradual das importações dando lugar à industrialização como estratégia econômica. Isto desagradou a oligarquia cafeeira e o setor da classe média que servia ao aparelho patriarcal. Quem saiu valorizado foram os trabalhadores médios urbanos que puderam aumentar suas exigências de melhoria nas condições de trabalho, já que a partir dali a indústria nacional seria a principal forma de desenvolvimentismo e geração de capital. Porém Getúlio Vargas não dá a CLT, mas após sua posse acorda com a classe trabalhadora, as leis trabalhistas, com o objetivo de dar continuidade ao crescimento interno, bem como ter um apoio popular.

Ocorre, entretanto, um abreviamento da modernidade, que não se tornou preponderante e em que as relações de trabalho se mantiveram baseadas no patriarcalismo, no autoritarismo e na relação de compadrio. Esse talvez seja uma diferença dos trabalhadores estadunidenses, que também receberam apoio do Estado, porém através de outras garantias de bem-estar social. De qualquer forma não houve paraíso em nenhum caso, mas instituiu-se um ambiente de interesses diversos no Brasil que perdurou durante todo o século XX, nos acompanhando

até a atualidade, com as evidentes atualizações: um movimento de massa trabalhadora, a coalização da classe média cheia de contradições, um setor industrial nacionalista e o interesse externo. Nesse caso, as disputas eram travadas com a união do mercado externo associado à oligarquia local contra o grupo ligado ao capital nacional ainda em fase de expansão junto das camadas de médias e de trabalhadores.

O que veio a atrapalhar e tentou extinguir os direitos trabalhistas foi a crise cambial pós-segunda grande guerra. Seus efeitos negativos atingiram a estratégia do governo Vargas, em 1950, ameaçando a curto prazo a continuidade do crescimento econômico, do desenvolvimento e da manutenção das leis trabalhistas.

Não obtendo sucesso, o desenvolvimento industrial dos anos seguintes passou a explorar o capital nacional de outras formas. Os fluxos de capitais estrangeiros na indústria manufatureira cresceram forçando os governos a tomarem medidas liberais.

Para os trabalhadores, entretanto, era muito importante a CLT e sua manutenção. Com o fim da era Vargas e o advento da Ditadura Militar, a CLT foi duramente atacada, mas não extinta.

Globalização

No final do século XX, no período da globalização, novamente os direitos dos trabalhadores pas-



RENATO ARAÚJO - ABR

As conquistas e direitos dos trabalhadores brasileiros não são frutos de benesses dos patrões, que num rompante de bondade decidiu melhorar a vida de seus empregados. É fruto de muita luta e embates permanentes das mais diversas categorias com a finalidade de garantir direitos, que hoje estão no centro do embate político nacional. Para situar os bancários sobre a situação atual, contextualizando o atual período político com a história das lutas dos trabalhadores e evolução do sistema de produção brasileiro, o doutor em História e também bancário Marcelo Caon oferece uma análise histórica sobre os principais acontecimentos até o dia de hoje.

sam a ser um entrave para os interesses baseados no pacto Liberal-Dependente. A crise do capital, do Estado junto ao Consenso de Washington se apoiou nas costas do trabalhador com um novo ajuste fiscal que incluía o sequestro das poupanças privadas pelo Estado e o congelamento

de preços. Se as leis trabalhistas ainda permaneciam, o poder de compra dos trabalhadores, não. Identidade nacional nunca foi uma premissa para ideias liberais, apenas quando lhe convinhavam.

Se analisarmos o quadro hoje, os trabalhadores conseguiram manter viva a CLT, com todas as suas falhas, como a única condição de manutenção de uma vida razoável, mas sem conseguir efetivamente se aproximar do ideário do estado de bem-estar social. Para não retrocederem ao mundo do trabalho de dois séculos atrás, as centrais sindicais junto das categorias fazem um papel importante na orientação de seus associados chamando a atenção para o pano de fundo da atual crise, que

encobre distintos interesses em que a mudança da matriz estrutural produtiva interessada em abrir espaço ao capital especulativo e ao rentismo internacional. Boa parte das camadas médias não têm o mesmo interesse, mas devido à falta de análise mais complexa do quadro político entende-se de forma superficial que se trata de uma situação dualista, sem a possibilidade de outro panorama.

Entretanto, o jogo, resguardada as devidas proporções, é o mesmo da década de 1930, 1950, 1960 e 1990. Para o trabalhador em geral, parece que agora está ficando claro que esse é o período de maior ataque aos seus direitos, pois após a Constituição de 1988, esta é a pri-

meira vez que o congresso se afirma de forma contundente em interesses meramente corporativistas, associando-se aos herdeiros da Oligarquia e da camada liberal, objetivando flexibilizar todas as conquistas garantidas pela CLT.

VOZ DO BANCÁRIO: Quais foram os principais acontecimentos das décadas de 1930 a 1950 para os trabalhadores e para a produção e crescimento da indústria nacional?

MARCELO CAON: Para os trabalhadores o principal foi a criação da CLT – a Confederação das Leis do Trabalho, que garantiu o direito a férias, décimo terceiro salário, FGTS, hora-extra e muitos outros direitos.

Neste período foi a



Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS - Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Jornalista Responsável e fotos: Marlei Ferreira - Mtb 8542
Diagramação: VOXMEDIA Comunicação
Impressão: Jornal Pioneiro
Tiragem desta edição: 3.000 exemplares

dotado o modelo de Substituição das importações e implantada a chamada indústria de base, com infraestrutura que ajudariam outros setores industriais a se desenvolverem. Isso foi importante, pois deu mais poder aos trabalhadores.

Além disso, o governo definiu algumas atividades estratégicas como a siderurgia (e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional), a mineração (Companhia Vale do Rio Doce) e a geração de energia (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco).

Foi também neste período a criação da Petrobras, pois a industrialização crescente aumentou a demanda por petróleo. No Brasil, a produção e a distribuição do combustível eram controladas por companhias norte-americanas. Influenciados pela política nacionalista, setores da sociedade brasileira se mobilizaram para criar a campanha 'O Petróleo é nosso', contra a participação de empresas do exterior. Depois de muita polêmica, em 1953, Vargas sanciona a lei, representando a independência econômica do país.

Importante destacar ainda a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) voltado para a construção de um sistema nacional público de ensino.

VOZ DO BANCÁRIO: E na década de 1960, quais as principais lutas?

MARCELO CAON: Uma série de reformas estavam em pauta e deixaram os detentores do capital e as oligarquias em alerta, culminando no Golpe Militar, em 1964. Foram elas:

- Reforma agrária - Promover a democratização da terra gerando divi-



ARQUIVO EBC

sas e pulverização do modelo produtivo do campo;

- Reforma educacional - visava a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis;

- Reforma fiscal - Tinha como objetivo promover a justiça fiscal. Além disso, pretendia-se limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais, o que foi feito através do decreto nº 53451/64.

- Reforma eleitoral: consistia, basicamente, na extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente.

- Reforma urbana, entendida como conjunto de medidas do Estado, "visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglo-

merações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias".

- Reforma bancária: com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito pelos produtores.

VOZ DO BANCÁRIO: Quais são as principais mudanças que estão em curso no Congresso Nacional?

MARCELO CAON: São mais de cinco dezenas de projetos de lei em curso no Congresso que, se aprovados, trarão mudanças significativas às relações de trabalho. Estas mudanças significarão a retirada de direitos e a precarização das relações de trabalho. As principais são a Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho; a instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador; o impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho; a prevalência do negociado sobre o legislado; a prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego; a livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato; e o estabelecimento da jornada flexível de trabalho.



CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO?

Os três maiores bancos se utilizam da crise para poder lucrar, enquanto diminuem seu efetivo de trabalhadores. O problema do lucro é que ele não é devolvido para gerar riqueza através de crédito, mas é utilizado para concentrar mais riqueza. Por exemplo, o crédito ficou mais caro para uma parcela considerável da população, enquanto os bancos se utilizam da Operação Lava Jato para ampliarem seus investimentos. Isso ocorreu com a compra pelo Itaú do Conect-Car (responsável pela automação de pagamento de pedágios) pela metade do preço de mercado. O Bradesco teve a aprovação do CADE na compra do HSBC ampliando para 30 milhões de clientes e R\$ 1.190 trilhões de ativos. O Santander espera concretizar uma operação de varejo na Argentina e na Colômbia com o Citigroup.

Para tal esses bancos se favorecem do aumento da Selic, já que possuem parte dos papéis da dívida pública, girando em torno de 25% dos títulos. Se os bancos captam recursos com valores altos, eles direcionam sua recuperação através do Spread bancário com taxas altíssimas, uma das três maiores do mundo.

Além disso, ainda existe a "reprecificação", os chamados valores cobrados por serviços dos bancos, sem necessariamente repassar para o aumento de salários da ca-

tegoria de trabalhadores bancários.

Sendo o governo um refém dessa política, por necessitar de recursos externos, vide "capital especulativo" para fechar a balança de pagamentos, os bancos pressionam para a manutenção de ajustes fiscais que inadvertidamente recairão sobre os ombros dos trabalhadores de todos os setores.

É aí que esse quadro acaba se vinculando à situação política nacional. Se o Congresso tem mais de 25% de congressistas que são milionários, sabe-se que não existirá reforma tributária eficaz. Sabendo ainda que, o mesmo Congresso foi financiando com dinheiro de empresas privadas e que, a bancada que defende o interesse dos trabalhadores diminuiu sensivelmente, é bem provável que os deputados irão tocar outra pauta que não a defesa específica dos direitos trabalhistas, tampouco um projeto de nação que atenda as premissas básicas do estado de bem estar-social. Afinal, não foi o suficiente para os três maiores bancos diminuir seu contingente de trabalhadores (Bradesco: três mil desligamentos em 2016; no Itaú ocorreu uma redução para 85 mil trabalhadores;) mas a 'pá de cal' será a destituição dos direitos adquiridos pelo trabalhadores através de suas campanhas salariais ao longo do século XX.

Licença paternidade passa a ser de 20 dias

No início do mês de março de 2016 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei que estabelece a licença paternidade com mais 15 dias, além dos cinco já estabelecidos por lei. Mas nem todos os trabalhadores terão direito ao benefício, que vale somente aqueles os funcionários das empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã.

A prorrogação da licença também valerá para os empregados que adotarem crianças.

O Programa Empresa Cidadã, regulamentado pelo governo em 2010, possibilita a ampliação do prazo da licença-maternidade das trabalhadoras do setor privado de quatro meses para até seis meses. Até aquele momento, a extensão do benefício só existia para funcionárias públicas.

O programa permite que a empresa deduza de impostos federais o total da remuneração integral da funcionária. A empresa que adere ao programa pode



ARQUIVO EBC

abater do Imposto de Renda devido valores dos dois salários extras. A regra só vale para as empresas que têm tributação sobre lucro real.

Segundo o projeto, no período da licença, os pais e as mães não podem exercer qualquer atividade remune-

rada e a criança tem de ser mantida sob os cuidados deles. Se essa regra for descumprida, os funcionários perdem o direito à prorrogação.

REQUISITOS

Para obter o benefício, o pai deve comprovar participação em "programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável". De acordo com pesquisa realizada pela Fetrafi-RS, há duas modalidades de curso disponíveis, uma presencial e outra à distância. O Ministério Público do RS possui um cronograma de cursos sobre o tema, com 40h de duração com programação disponível no link http://www.mprs.mp.br/areas/ceaf/eventos/prog_paternidadeo.pdf.

Já os bancários interessados na modalidade à distância podem se inscrever gratuitamente, através da Rede Nacional Primeira Infância <http://primeirainfancia.org.br/estao-abertas-inscricoes-para-curso-online-gratuito-sobre-paternidade-e-cuidado/>.



CLAUDIO ETGES

Espectáculo Tango terá apresentação gratuita para bancários

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, através da Secretaria de Formação, oferece aos seus associados o espetáculo teatral **Tango – Para muito além da pista de dança**. A peça, vencedora do Prêmio Anual de Incentivo à Montagem Teatral da Secretaria da Cultura de Caxias do Sul, terá sessão exclusiva no dia 30 de abril, às 19h, na Sala de Teatro do Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho. Cada associado terá direito a até dois (para o sócio e um acompanhante) ingressos gratuitos que devem ser retirados com antecedência na sede do sindicato, localizado à Rua Borges de Medeiros, 676, em Caxias do Sul.

SOBRE A PEÇA

O espetáculo Tango conta a história de Elita e Ricardo, encenados pela atriz Tina Andrighetti e pelo ator Roberto Ribeiro, respectivamente, envolvidos em uma lição de tango. O confronto entre os sexos se estabelece a partir de uma regra do próprio tango: é ele que marca o compasso! A peça é musicalmente rica, mesclando teatro e dança.

O evento tem a participação especial da Escola de Danças Oito Tempos.

A peça já circulou por diversas cidades gaúchas. Em junho deste ano o espetáculo Tango será apresentado na Dinamarca, fazendo parte da programação do Transit 8, festival internacional de teatro promovido pelo prestigiado grupo de teatro OdinTeatret, que é dirigido por Eugênio Barba.

DIA DA MULHER OFERECEU EXIBIÇÃO DE FILME E DEBATE



MARLEI FERREIRA

Para assinalar a passagem do Dia da Mulher, no dia 8 de março foi exibido o filme *As Sufragistas*, seguido de debate, com a participação da escritora e advogada Mônica Montanari, o historiador e sindicalista Marcelo Caon, e a doutora em literatura Ana

Maria Cardoso e da psicóloga do Sindicato, Stelamaris Zanatta. Mais de 50 pessoas participaram da atividade.

Além da projeção, no dia 10 foi realizada uma oficina de sensibilização denominada *As múltiplas faces do feminismo*.

Ações coletivas e individuais e direito previdenciário são temas de palestra no dia 27 de abril

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, através da Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho, promove um encontro jurídico para orientação e atualização dos bancários acerca de diversos temas de interesse da categoria. O evento será realizado no dia 27 de abril, às 18h30min, na sede do sindicato.

No encontro será feito um relato sobre as ações coletivas impetradas pelo sindicato e em tramitação atualmente. Também haverá a explanação sobre as ações individuais (ações contra planos de saúde e 7ª e 8ª horas extras) em andamento. O terceiro ponto do encontro terá como foco o direito previdenciário, dissertando sobre as novas regras da aposentadoria, a reforma da previdência e como se planejar uma boa aposentadoria.

Participam como palestrantes representantes dos escritórios da Guedes & Malfatti - Assessoria Jurídica tratando das ações coletivas; Fagundes, Maier, Schneider & Advogados para as ações coletivas e o advogado especializado em direito previdenciário Anderson Tomasi Ribeiro.

SINDICALIZE-SE

**PRESERVAR
DIREITOS E
CONQUISTAS**

Além de contribuir para o fortalecimento da categoria, os sócios do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região têm acesso a uma série de benefícios.

O sindicalizado pode utilizar a sede campestre e sede social para organizar festas e eventos. O Seeb ainda oferece atendimento odontológico e assistência jurídica na sede social.

Além disso, uma série de convênios que oferecem descontos e pagamentos facilitados estão a disposição do bancário sindicalizado.

ESPERAMOS VOCÊ!

**DEPENDENTE DE
UM SINDICATO
FORTE E DA
PARTICIPAÇÃO
ATIVA**



Nenhum direito a menos

A Campanha Nacional dos Bancários 2016 iniciou no dia 9 de agosto, com a entrega à Fenaban da minuta de reivindicações. As primeiras rodadas de negociação ocorreram nos dias 18 e 19 de agosto

Entre as prioridades apontadas pela categoria estão o índice de 14,78% (reajuste com inflação mais aumento real de 5%), combate ao assédio moral, fim das metas abusivas, mais empregos e fim das demissões nos bancos. Além disso, os trabalhadores do setor reivindicam piso com base no salário mínimo do Dieese (R\$ 3.940,24) e a PLR de três salários mais R\$ 8.317,90 de parcela fixa adicional. Décimo quarto salário e valorização dos vales refeição e alimentação no valor de um salário mínimo (R\$ 880).

Enquanto os principais bancos seguem anunciando bilhões de reais em lucro neste primeiro semestre de 2016, o desemprego no setor bancário atinge números alarmantes. De janeiro a junho de 2016, os bancos brasileiros fecharam 6.785 postos de trabalho no país. Os dados fazem parte da Pesquisa do Emprego Bancário (PEB), divulgada no início de agosto, pela Contraf-CUT, em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Em-

pregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Por isso a defesa do emprego é uma das prioridades da Campanha 2016. Entre janeiro e maio deste ano, o setor bancário fechou 6.785 postos de trabalho no primeiro semestre do ano. Além da rotatividade, os bancos também seguem contratando o trabalhador com salário em média 45% menor.

Bilhões de lucro

O lucro líquido dos cinco maiores bancos atuantes no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander), nos três primeiros meses do ano, atingiu a marca de R\$ 13,131 bilhões. Dos 25 setores com empresas de capital aberto avaliados pela Consultoria Econômica o setor bancário foi o de maior lucratividade no primeiro trimestre deste ano. As receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceram 6,2% atingindo o valor de R\$ 26,582 bilhões.

Você vai esperar calado enquanto te tiram os direitos?

Governo interino de Temer ameaça direitos dos brasileiros

A proposta de reforma trabalhista que está sendo desenhada pelo Palácio do Planalto prevê a flexibilização de direitos assegurados aos trabalhadores no artigo 7º da Constituição Federal – que abrange um conjunto de 34 itens – desde que mediante negociações coletivas. A ideia é listar tudo o que pode ser negociado para evitar que os acordos que vierem a ser firmados por sindicatos e empresas após a mudança nas regras possam ser derrubados pelos juízes do trabalho.

Farão parte dessa lista os direitos que a própria Constituição já permite flexibilizar em acordos coletivos como jornada de trabalho (oito horas diárias e 44 semanais), jornada de seis horas para trabalho ininterrupto, banco de horas, redução de salário, participação nos lucros e resultados e aqueles que a Carta Magna trata apenas de forma geral e foram regulamentados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estão neste grupo, férias, 13º salário, adicional noturno e de insalubridade, salário mínimo, licença-paternidade, auxílio-creche, descanso semanal remunerado e FGTS.

Já a remuneração da hora extra, de 50% acima da hora normal, por exemplo, não poderá ser reduzida porque o percentual está fixado na Constituição; licença-ma-

ternidade de 120 dias e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo 30 dias também. Para mexer nesses direitos, é preciso aprovar uma Proposta de Emenda à Constitucional (PEC).

Além disso, outros ataques aos direitos dos cidadãos estão em curso, como a PEC 241-2016 (Novo regime Fiscal), que limita o aumento das despesas primárias da União à inflação do ano anterior e privilegia o pagamento da dívida pública. Na prática, isso implica na desvinculação de uma série de receitas da Educação e Saúde previstas na Constituição. Esta é a maior ameaça ao conjunto da classe trabalhadora e das políticas sociais implementadas nos últimos 13 anos.

Os trabalhadores também devem estar mobilizados para combater a Reforma da Previdência, que prevê entre outras alterações, a idade mínima, equiparação homens/mulheres e a desindexação do salário mínimo; o projeto da terceirização, PLS 30/2015, que está com pedido de urgência para votação no Senado e o PLP 257, que prevê o refinanciamento das dívidas dos Estados e alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo trazer impactos negativos para o funcionalismo público federal, estadual e municipal.

Principais reivindicações da Campanha Nacional dos Bancários 2016

REAJUSTE SALARIAL

Reajuste de 14,78% (reposição da inflação mais 5% de aumento real).

PLR

Três salários e mais R\$ 8.317,90.

PISO

R\$ 3.940,24 (Sal. Mínimo Dieese junho 2016).

BENEFÍCIOS

Vales alimentação, refeição, 13ª Cesta e Auxílio-creche/Babá: R\$ 880,00 mensal para cada verba salarial.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Melhores condições de trabalho, fim das metas abusivas e do assédio moral.

EMPREGO

Fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Con-

venção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

PCCS

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos os bancários.

AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

Pagamento de auxílio-educação para graduação e pós.

SEGURANÇA

Prevenção contra assaltos e sequestros: dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviço bancário, conforme legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombos nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.

IGUALDADE

Igualdade de oportunidades: fim às discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência.

ONDE ESTÁ A PRIORIDADE NA SEGURANÇA?

Em um vídeo viralizado ainda na campanha eleitoral de 2014 para o governo do Estado, o então candidato José Ivo Sartori dizia que a área da segurança seria uma de suas prioridades, com a valorização dos policiais, etc. O que vimos agora, passados quase dois anos, é que o governo Sartori brinca com a segurança dos gaúchos. Esse aumento da criminalidade em todos os segmentos criminais, não só nos bancos, é resultado do corte de investimentos públicos na segurança, sobretudo nas horas extras dos policiais militares.

O Rio Grande do Sul vive um estado de insegurança com a política de extermínio dos serviços públicos do estado, implantados nestes dois anos de governo de José Ivo Sartori. Com alegação de que o governo não possui dinheiro para investimentos, o que temos visto é uma curva ascendente na violência em todo o Estado. Na região de abrangência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região é crescente o número de assaltos a bancos e a caixas eletrônicos.

“Um estudo apresentado em agosto de 2015 pelo IBGE expôs a realidade e as deficiências da segurança pública gaúcha. O Rio Grande do Sul possui o sexto pior índice de policiais militares (20.405 servidores) na proporção ao número de habitantes, o



que representa um brigadão para cada 547 pessoas (as informações são da Rádio Gaúcha). A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com o número de um policial militar para cada 250 habitantes como o ideal”.*

O mais assustador neste cenário é que temos assistido o crescimento de ataques a bancos à luz do dia. De janeiro deste ano até o início de mês de agosto foram sete assaltos a agências bancárias, sendo que em quatro deles, os assaltantes fizeram clientes e/ou bancários de refém. A região ainda contabiliza seis arrombamentos de caixas eletrônicos, um deles dentro de um supermercado, em Caxias do Sul. Ao todo, no RS foram 119 ataques em 217 dias. A taxa é de um ataque a cada 43 horas no Estado, segundo levantamento realizado pelo SindBancários de Porto Alegre.

Somado a isso, ainda vemos a evasão de po-

Sindicato pede audiência com o governo do Estado

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está apreensivo com a situação, que expõe todo o conjunto de bancários à insegurança. A entidade está uma carta ao governador José Ivo Sartori, ao secretário de Segurança do RS, Wantuir Francisco Brasil Jacini e ao Comandante Geral da Brigada Militar, Cel QOEM Alfeu Freitas Moreira uma carta informando a situação que estão vivendo população, clientes e bancários. O Sindicato também está solicitando uma audiência com estas autoridades a fim de tratar da segurança, em especial para os pequenos municípios.

ciais da corporação, sem incentivos para continuar na ativa. Entre tantas iniciativas, o governo Sartori proibiu a contratação de novos PMs. Assim 2,5 mil candidatos aprovados em concurso em 2014 ainda esperam ser chamados. Também cortou as promoções, horas extras, reduziu as gratificações e o abono-permanência, uma forma de incentivar os policiais a se manterem na ativa. E para piorar ainda mais,

vem atrasando e parcelando os salários dos servidores consecutivamente.

Se nas grandes cidades, onde há policiamento ostensivo, o sentimento de insegurança é constante, o que dizer dos pequenos municípios. Assaltos a bancos em pleno meio dia, com bandidos atacando agências e fazendo bancários e clientes dos bancos de reféns são um dos crimes que mais assusta o Sindicato dos Bancários. Ações como essas estão cada dia mais ousadas, pois há muito tempo os pequenos municípios sofrem com a falta de policiais. Situação esta agravada nos últimos dois anos e que tende a piorar se persistir essa política de maus tratos aos funcionários públicos.

**Informações do Jornal Zero Hora de 26 de agosto de 2015*

Só a luta te garante

Mídia da Campanha Nacional 2016 é aprovada na 18ª Conferência

“Só a Luta te garante”. Este é o slogan da Campanha Nacional 2016 aprovado na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada no início de agosto, em São Paulo.

A imagem principal da campanha será uma rosa, que em sua construção traz muitos significados. Confira:



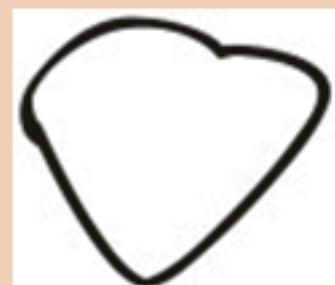
A IGUALDADE está representada na simbologia do “8”, que tem a ideia no significado do infinito.



A RESISTÊNCIA está representada na simbologia do galho e dos espinhos, o que mantém e sustenta toda a luta.



A LUTA que deve ser contínua está na forma de uma espiral crescente.



A TOLERÂNCIA e o RESPEITO estão representados no coração.



Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS - Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Jornalista Responsável e fotos: Marlei Ferreira - Mtb 8542
Diagramação: VOXMIDIA Comunicação
Impressão: Jornal Pioneiro
Tiragem desta edição: 3.000 exemplares



Confirmada para o dia 23 de agosto primeira negociação da Campanha Nacional 2016 com o Banco do Brasil. A reunião será na sede do BB, em Brasília.. A minuta de reivindicações específicas dos funcionários foi entregue no último dia 11, ao presidente do BB, Paulo Cafarelli, em São Paulo. A pauta contempla as propostas aprovadas no 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que aconteceu entre os dias 17 e 19 de junho, na capital paulista, e reuniu 323 delegados e delegadas (212 homens e 111 mulheres).

Além das preocupações com remuneração, emprego, igualdade, saúde e condições de trabalho, os trabalhadores do banco do Brasil estão muito preocupados com a defesa dos direitos gerais dos trabalhadores, com a defesa da democracia e com a defesa dos bancos públicos. A manutenção da mesa única e a garantia das mesas concomitantes são pontos que devem ser continuados.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Remuneração e condições de trabalho

Aumento real de real de salários, com mesmo índice aprovado por toda a categoria bancária (14,78%, sendo 5% de aumento real);

Plano de Carreira e Remuneração (PCR) com aumento nas promoções por mérito e com inclusão de escriturários;

Piso para o PCR de um salário mínimo do Dieese (R\$ R\$3.940,24 em junho) e o interstício na tabela de antiguidade de 6%, com mérito maior e para todos;

Fim das metas abusivas e do assédio moral;

Respeito à jornada de trabalho e a inclusão dos 15 minutos de descanso para as mulheres dentro da jornada;

Saúde Pública e Suplementar/Cassi - Previdência Pública e Complementar/Previ

Manutenção do princípio de solidariedade na Cassi e a inclusão de funcionários oriundos de bancos incorporados pelo BB para que sejam assistidos pela ESF;

Serviço de prevenção mais completo, com melhorias na eficiência do Exame Periódico de Saúde (EPS) do banco;

Aumento do número de ausências permitidas a todos os funcionários e aos funcionários com deficiência (PCD);

Instalação de mesa de negociação com o banco sobre o Economus (Instituto de Seguridade Social da Nossa Caixa). Os funcionários reivindicam que os participantes sejam os únicos beneficiários e criticam a indicação da diretoria feita apenas pelo BB, e antigamente pela Nossa Caixa;

Banco do Brasil e o Sistema Financeiro Nacional

Resgate social do banco público, com ênfase na defesa da democracia e das empresas públicas, além de sua importância como fomentador de desenvolvimento;

Regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal que trata do Sistema Financeiro Nacional.



O documento apresenta as reivindicações específicas aprovadas no 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Federal (Conecef), que ocorreu em junho. Como pontos da Campanha Nacional de 2016 estão a insatisfação quando à extinção da função de caixas, à retirada do pagamento do adicional de insalubridade dos avaliadores de penhor, à ameaça à função de tesoureiros, contra o fechamento de agências, a favor das contratações, entre outros.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Saúde do trabalhador

- Pausa de dez minutos a cada 50 trabalhados estendida a todos que fazem atendimento ao público, trabalham com entrada de dados ou têm movimentos repetitivos.

- Abertura obrigatória de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) no prazo de 24 horas para todos os trabalhadores lotados na unidade, nas ocorrências de assalto.

- Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho) organizada conjuntamente pelo Sindicato e a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Com toda a infraestrutura sendo garantida pela Caixa.

Saúde Caixa

Alteração do caráter de consultivo para deliberativo do Conselho de Usuários; fortalecimento dos comitês de acompanhamento de rede credenciada, incluindo custeio pela Caixa de despesas com viagens dos integrantes.

Funcef

Manutenção do Fundo para Revisão de Benefícios, com o banco público arcando com 100% do déficit causado nas situações em que foi utilizado o voto de Minerva. Além disso, o fim desse voto.

Condições de trabalho

Investimento maior da Caixa na Gilog e demais áreas que dão suporte às unidades. Uma das medidas seria que todos os estados passem a ter setores com essa atribuição.

Para as agências as propostas são:

- Fim do caixa minuto;
- manutenção da função de caixa;
- Pagamento integral das funções;
- Garantia da substituição para todos os cargos, independente da causa ou período de afastamento.
- Revisão do conceito de "agência deficitária".

Outras exigências

- Toda hora extra feita deve ser paga, com o fim do banco de horas, do descomissionamento arbitrário e da GDP (Gestão de Desempenho Pessoal).

Reestruturação

- Toda e qualquer reestruturação deve ser debatida previamente com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE).

Defesa do banco público

- Campanha permanente das entidades representativas dos empregados pela manutenção da Caixa 100% pública como instrumento de fomento à economia, implementação de políticas públicas, e agente de regulação e moderação do Sistema Financeiro Nacional.



Ele trabalha sem parar
Ele não reclama
Ele não tem direitos

ELE NÃO LUTA!



Não deixe que tirem os teus direitos

LUTE!



Livro conta a história de 80 anos da luta do sindicato dos bancários

MARLEI FERREIRA - SEEB/CAXIAS



Marcelo Caon e Olívio Dutra autografaram os livros



Dirigentes sindicais e lideranças se manifestaram no evento



Bancários, fundadores do sindicato, imprensa e entidades prestigiaram o lançamento

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul realizou em julho o lançamento do livro “Sindicato dos Bancários: Uma História de Lutas”. O evento reuniu pouco mais de 150 pessoas, no auditório da sede social do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. Entre os presentes estavam o ex-governador Olívio Dutra, que tam-

bém é bancário (aposentado) e o deputado federal (PT-RS) Pepe Vargas, além de representantes da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Fetrafir-RS, Denise Correa, e da Contraf-CUT, Mauro Sales, além de ex-dirigentes da entidade, representantes de sindicatos de trabalhadores na cidade, e bancários aposentados e na ativa. O livro foi escrito pelo

bancário e doutor em História Marelo Caon, que também faz parte da diretoria da entidade. O livro é uma retrospectiva das importantes lutas travadas pelo sindicato ao longo das últimas oito décadas de existência

Após a noite de lançamento o livro “Sindicato dos Bancários: Uma História de Lutas” será entregue aos associados da entidade.



Equipe que trabalhou no desenvolvimento do livro explicou o processo

Projeto prepara bancário para enfrentar a vida de aposentado

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está promovendo o projeto Novos Rumos na Aposentadoria, voltado para os sócios do sindicato que se encontram em período pré-aposentadoria. O início está previsto para o dia 13 de setembro.

A iniciativa visa proporcionar um espaço para bancários e bancárias debaterem e refletirem sobre os desafios da aposentadoria, com o objetivo de prepará-los para essa nova etapa da vida. Nos encontros estarão pauta os significados do trabalho, os desafios na idade madura e a busca de novos projetos.

Serão realizados quatro encontros gratuitos.

O primeiro encontro será realizado no dia 13 de setembro. Os demais encontros serão definidos conjuntamente com o grupo.

Cada encontro terá a duração de 1h30min e serão realizados na sede do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, localizado na Rua Borges de Medeiros, 676, Centro.

Mais informações e inscrições pelo telefone (54) 3223.2166.

9º Baile de Casais

Dia 27 de Agosto de 2016

Local: Salão de Festas da Igreja
N. Sra. da Saúde

Horário: 22h

Animação: Aeroporto Banda Show

Valor casal : R\$ 80 sócios

R\$ 195 não sócios (casal)

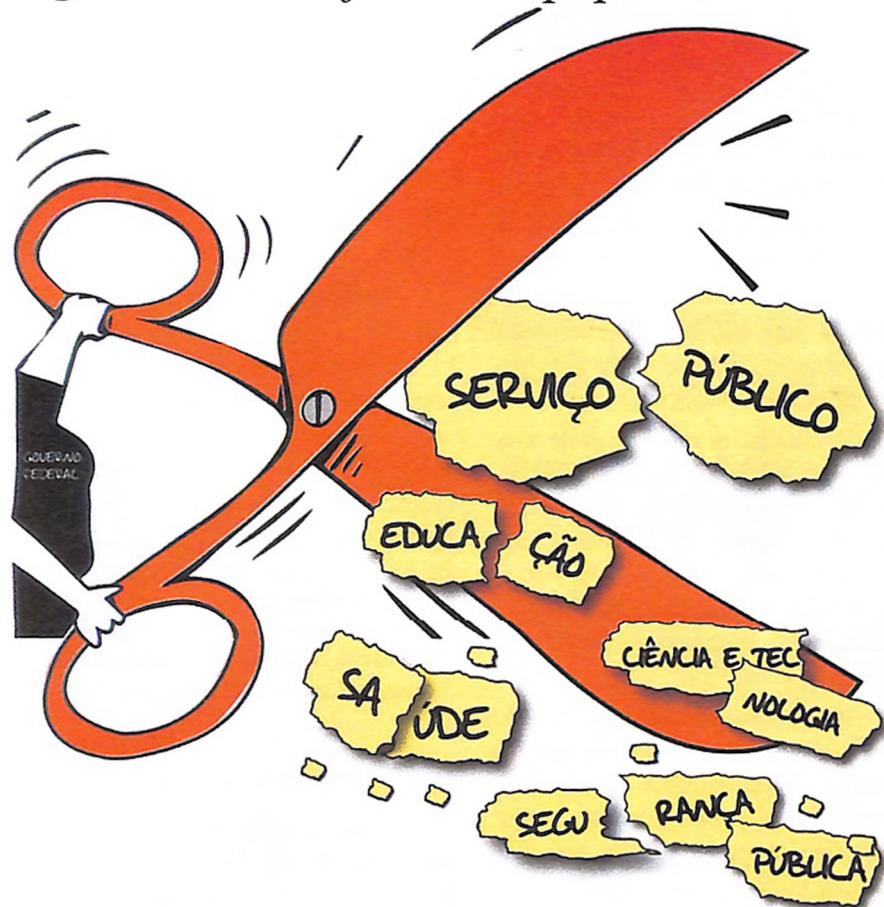
Mais informações: (54) 3223.2166

Venda de ingressos: na sede do sindicato,
Rua Borges de Medeiros, 676, Caxias do Sul



PEC 241 congela o futuro do Brasil

Medida vendida pelo governo Temer como solução, na verdade pode nem resolver e acabará com serviços que são direito como SUS, universidades federais e programas como farmácia popular, Fies e Prouni



Por 20 anos, independentemente do crescimento da população ou das mudanças decorrentes de um período tão longo, os investimentos do Brasil em saúde, educação, infraestrutura estarão congelados. É isso que vai acontecer se a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 241, passar pelo Congresso Nacional. Também estarão congeladas despesas com pessoal – o que afetaria contratações no setor público, inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas universidades federais –, assim como a política de valorização do salário mínimo e o piso da Previdência para a aposentadoria. A farmácia popular e programas como Fies e Prouni, nas faculdades privadas, também sofrerão com cortes.

Aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, no dia 10, a PEC deve passar por votação na casa novamente, antes de se-

guir para o Senado. Daí a importância de mobilização dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e de toda a população. Vale também mandar mensagens para os parlamentares para que revejam seu voto e fiquem ao lado da população que realmente precisa das políticas públicas, que é a maioria do povo brasileiro.

Do povo para os bancos

A medida, criada pelo governo Temer com a desculpa de colocar ordem nas contas públicas, na verdade acabará por transferir renda da população para o sistema financeiro e outros setores privados. Ao mesmo tempo em que a PEC abala educação e saúde públicas, caminha a passos largos a reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima para se aposentar. Nem mesmo o limite mínimo de gastos previsto pela Constituição Fede-

ral para esses setores precisará mais ser respeitado.

“Para cada ano, esses limites [de gastos] serão as despesas do ano anterior corrigidas pelo IPCA [índice de inflação medido pelo IBGE]”, explica Flávio Tonelli Vaz, especialista em orçamentos e políticas públicas. Se a PEC for aprovada, “não há como manter os direitos sociais existentes; não há como atender às demandas pela ampliação ou melhoria dos serviços públicos; não há como prover infraestrutura. Cria-se uma reserva de mercado: somente o setor privado poderá atender às necessidades que não forem cobertas”, relata em artigo no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*.

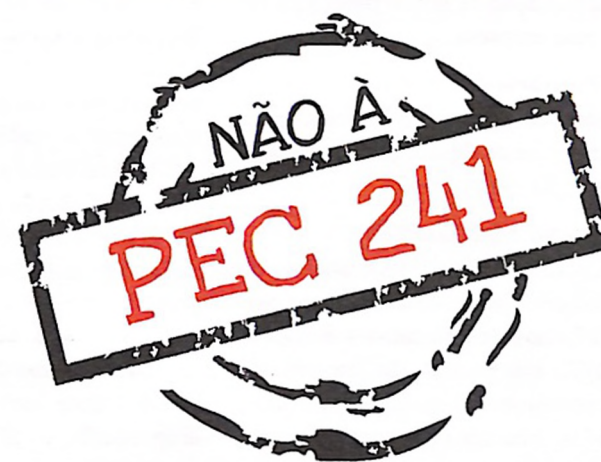
O médico Drauzio Varella, reforça: “A inflação da saúde é muito mais alta. O SUS é uma conquista que não pode desaparecer. À medida que se cortam recursos, deixam grandes massas populacionais desassistidas”.

Bancários/SP com edição Bancax

Como ficará a saúde

O congelamento de gastos na saúde por 20 anos significará o sucateamento do SUS, a privatização do sistema de saúde e a piora das condições de vida da população brasileira. O Estado brasileiro gasta muito pouco em saúde: o gasto público consolidado em saúde por habitante era menor do que R\$ 3,00 (três reais) por dia em 2014, menos que uma passagem de ônibus, para oferecer transplantes, hemodiálise, remédios de alto custo, vacinação etc. para cobrir toda população. Nesse quadro de subfinanciamento crônico, na vigência das regras da PEC 241/2016 no período 2003-2015, em comparação com a despesa efetivamente empenhada em ações e serviços públicos de saúde, a preços médios de 2015, representaria uma perda de recursos federais para o SUS de R\$ 135 bilhões no período.

Para se ter uma ideia da magnitude desse valor, o governo federal aplicou R\$ 100,1 bi em saúde em 2015 (Fonte: MS/SIOPS). Como cerca dois terços do orçamento do Ministério da Saúde são repassados para estados e municípios, essa perda teria o mesmo efeito de deixar o Ministério da Saúde sem gastos quase durante um ano e meio, implicando na quase paralisação dos atendimentos de saúde à população. (Trecho da Nota de Desagravo emitida pela da Associação Brasileira de Economia da Saúde).



Como ficará a educação

Cerca de R\$ 24 bilhões poderão deixar de ser investidos por ano em educação, a partir da vigência da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, de acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados.

O número – R\$ 24 bilhões – considera os orçamentos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e ao Ministério da Educação (MEC). Atualmente, a União deve investir pelo menos 18% dos impostos em educação. Com a PEC, essa obrigatoriedade cai e o mínimo que deve ser investido passa a ser, a partir de 2018, o valor do ano anterior corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Confira as principais propostas específicas da Caixa Federal

Participação nos Lucros e Resultados (PLR) - PLR Regra Fenaban

PLR adicional da Caixa

4% do lucro líquido apurado no exercício de 2016, distribuído igualmente para todos os empregados, de acordo com as regras estabelecidas em ACT.

PLR Parcela Complementar

A Caixa garantirá no mínimo uma remuneração Base a todos os Empregados, ainda que a soma da PLR Fenaban e PLR Adicional Caixa não atinja este limite.

Reajustes de Benefícios

Auxílio-cesta alimentação (VA): R\$ 565,28
13ª Cesta Alimentação: R\$ 565,28
Auxílio-Alimentação (VR): R\$ 717,29
Auxílio Creche/Babá (Programa de Assistência à Infância - PAI):
Filhos até a idade de 71 meses - R\$ 434,17
Filhos até a idade de 83 meses - R\$ 371,43

Caixa Executivo

Criação de Comissão Paritária para discussão do aprimoramento do RH 184, no que se refere aos Caixas.

Negociação permanente

Será mantido Grupo de Trabalho para tratar do tema Saúde do Trabalhador.

Reconhece-se a Mesa Permanente de Negociação como importante espaço de diálogo entre Caixa e a Contraf-CUT, para o aprimoramento das relações de trabalho, para a discussão dos impactos na vida funcional dos empregados decorrentes da implantação de novos processos de trabalho pela empresa.

GT Paritário

Construção de um GT Paritário para discutir critérios de descomissionamentos no prazo de 30 dias.

Promoção Ano Base 2017

A Caixa realizará sistemática de promoção em 2018, referente ao ano base 2017, dos empregados ativos em 31/12/2017, integrantes do quadro de pessoal permanente, inclusive cedidos, requisitados, liberados para entidades representativas dos empregados e licenciados sem suspensão do contrato de trabalho, com no mínimo 180 dias de efetivo exercício em 2017.

Bolsas de estudo

Serão 1.600 bolsas (300 para graduação, 500 para pós-graduação e 800 para idiomas até 31/08/2017).

Licença amamentação

Fica assegurado às empregadas mães, inclusive as adotivas, com filho de idade inferior a 12 meses, dois descansos especiais diários de meia hora cada um, ou único de 1 hora. Em caso de filhos gêmeos, cada período de descanso especial diário será de 1 hora, ou único de 2 horas.

Vale cultura

Distribuição do vale cultura, aos empregados que o requeiram e ganhem até oito salários mínimos.

Saúde Caixa

Dependente Direto

Manutenção, no Saúde Caixa, na condição de dependente direto, os filhos (as) portadores (as) de deficiência permanente e incapazes, com idade superior a 27 anos, enquanto solteiros e sem renda proveniente de salário.

Saúde Caixa

Dependente Indireto

É garantida a inscrição na condição de dependente indireto, mediante pagamento de mensalidade adicional de R\$ 110,00 para cada um, conforme previsto no RH043.

Horas extras

Manutenção da cláusula referente a programação da Jornada de Trabalho, assegurando-se o pagamento, com adicional de 50% sobre o valor da hora normal, ou a compensação das horas extraordinárias realizadas na proporção de 1 hora realizada para 1 hora compensada e igual fração de minutos, e o pagamento de 100% das horas extras realizadas em agências com até 20 empregados.

Licença saúde

A Caixa continuará garantindo, ao empregado, a titularidade da Função Gratificada ou cargo em Comissão, pelo período da licença para tratamento de saúde (LTS) ou licença por acidente de trabalho (LAT), até o limite de 180 dias.

Propostas específicas do Banco do Brasil - ACT 2016/2018

Clausuladas:

- O Banco reafirma a manutenção do programa de PLR atual, composto pelo módulo Fenaban e módulo BB, incluindo parcela variável e 4% do lucro líquido distribuídos de forma linear.

- Será estendido o horário para amamentação ao funcionário pai de família monoparental e ao funcionário com união estável homoafetiva.

- As ausências autorizadas de 1 dia por semestre para doação de sangue, serão ampliadas em 1 dia por ano para doação a parentes enfermos - pais, filhos, enteados, irmãos, avós, cônjuge ou companheira(o).

- A ausência autorizada para Aquisição, Manutenção ou Reparo de Ajudas Técnicas aos funcionários com deficiência será ampliada de uma para duas jornadas de trabalho por ano, podendo ser fracionadas em horas.

- As ausências autorizadas de dois dias úteis por ano (fracionáveis em horas) para acompanhar filho ou dependente, menores de 14 anos a consulta/tratamento médico e odontológico também poderão ser utilizadas para tratamento psicológico, vacinas e reuniões escolares.

- As ausências autorizadas de dois dias úteis por ano (fracionáveis em horas) para acompanhar filho ou dependente com deficiência em consulta/tratamento médico e odontológico também poderão ser utilizadas para tratamento psicológico, vacinas e reuniões escolares.

- As ausências autorizadas de dois dias para acompanhar esposa ou companheira em consultas médicas e exames complementares durante a gravidez poderão ser fracionadas em horas.

- Será ampliado o prazo para utilização de folgas nas Unidades que funcionam no regime de 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) de 2 semanas imediatamente posteriores à da aquisição para até o último dia útil do mês subsequente ao da aquisição.

- Serão instituídas Mesas Temáticas sobre Prevenção de Conflitos, Saúde no Trabalho e Igualdade de Oportunidades, com prazo de 180 dias para conclusão a partir da data da instalação. Na mesa de Prevenção de Conflitos poderão ser discutidos eventuais conflitos decorrentes de implantação de soluções digitais, ajustes de estrutura e acesso ao histórico de ausências dos funcionários.

- Será incluída a parcela variável do Módulo BB na PLR dos funcionários cedidos à APABB.

- Será reajustado para R\$ 200 mil o valor da indenização por morte ou invalidez decorrente de assalto.

Não clausuladas:

- Será alterado o critério de 66,6% para 70% no módulo Avançado e de 33,3% para 30% no módulo Básico, possibilitando a promoção, a partir de janeiro de 2017, de até 795 funcionários que exercem, por exemplo, as funções de Gerente de Relacionamento e Gerente de Serviços em Unidades de Negócio e Gerente de Módulo em Unidades de Apoio.

- Será ampliada a inclusão das mulheres nas funções gerenciais.

- A verba QVT será retomada a partir da assinatura do ACT.

- Será mantida a verba 226 - Ajuste no Plano de Funções - na folha de pagamento dos funcionários em caso de reestruturações.

- Serão disponibilizadas no ano de 2017, no mínimo, 30 turmas da Oficina "Mediação: Práticas Restaurativas" aos administradores, visando disseminar a cultura da comunicação não violenta e das práticas restaurativas.

- Será disponibilizado espaço exclusivo para ações da UniBB em 500 agências da Rede Varejo para promover o desenvolvimento de competências e facilitar o acesso a ações de capacitação.



Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS - Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Jornalista Responsável e fotos: Marlei Ferreira - Mtb 8542
Diagramação: VOXMEDIA Comunicação
Impressão: Jornal Pioneiro
Tiragem desta edição: 3.000 exemplares

No Banrisul, nada de novo

O Banrisul, a exemplo de 2015, seguiu a regra Fenaban, pouco avançando em questões específicas, especialmente na implementação de um Plano de Carreira, reivindicação antiga dos banrisulenses. Mesmo assim, o abono total dos dias parados configura uma vitória dos trabalhadores. Em 2014, os empregados

do Banrisul seguiram em greve, que durou um total de 42 dias. No final, aqueles que pararam de trabalhar para forçar conquistas para todos os funcionários do banco, acabaram por compensar todas as horas da greve. Assim, quem não parou recebeu (e recebe) sempre o fruto da luta daqueles que aderem ao movimento.

Foram 31 dias de uma greve histórica e mobilização da categoria. Embora não tenhamos conquistado aumento real para este ano, os bancários que lutaram pela melhoria salarial e das condições de trabalho de toda a categoria obtiveram uma grande conquista: o abono total das faltas. A todas e todos aqueles que se colocaram na linha de frente, ficando mais de um mês na frente das agências e correndo o risco de todo o tipo de represálias, esta foi a maior das conquistas, pois quem luta em defesa de todos os trabalhadores não deveria ser penalizado.

O acordo deste ano foi diferente, pois terá validade por dois anos. Em 2016 os salários terão reajuste de 8%, mais um abono de R\$3,5 mil. No vale-alimentação o reajuste é maior, de 15% e no vale-refeição e no auxílio creche/babá é de 10%. Para 2017, os bancários conquistaram a reposição integral da inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Dentro da Campanha Nacional deste ano, a defesa do emprego estava entre as prioridades, sendo tema constante de debate com a Fenaban nas rodadas de negociação. Neste sentido, a negociação conquistou a instalação de um Centro de Realocação e Requalificação Profissional nos bancos. Com participação bipartite, o projeto vai buscar realocar os funcionários ameaçados pela reestruturação em um determinado local, criando possibilidades de serem transferidos para outras áreas da própria instituição e assim evitar demissões.



Bancários fecham acordo para dois anos

Sobre os dias parados durante a greve, a Fenaban insistia na compensação de todos, sem prazo limite. Mas o Comando Nacional não aceitou a postura dos banqueiros e conseguiu arrancar, na mesa de negociação, o abono total dos dias parados.

Os bancos também concordam em

implantar a licença-paternidade de 20 dias, conforme lei sancionada neste ano, durante o governo Dilma Rousseff.

“Mesmo com um ambiente de alta incerteza política e econômica, os bancários fizeram uma greve forte que garantiu ganho real em 2017

e o abono dos dias parados. Também tivemos aumentos importantes no vale alimentação, refeição e auxílio creche”, observou NelsoBebber, coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região.



VEJA COMO FICOU

Reajuste de 8% e abono de R\$ 3.500,00 em 2016.

Reposição integral da inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real em 2017 para os salários e todas as verbas.

PLR 2016

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 2.183,53 limitado a R\$ 11.713,59. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 25.769,88

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 4.367,07.

Antecipação da PLR - Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva. Regra básica - 54% do salário reajustado em setembro de 2016, mais fixo de R\$ 1.310,12, limitado a R\$ 7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R\$ 2.183,53.

PLR 2017

Para PLR e antecipação da PLR - mesmas regras, com reajustes dos valores fixos e limites pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%, com data de pagamento de pagamento final até 01/03/2018.

Pisos 2016

Piso portaria após 90 dias: R\$ 1.487,83

Piso escritório após 90 dias: R\$ 2.134,19

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.883,01 (salário mais gratificação, mais outras verbas de caixa).

Vales e Auxílios 2016

Auxílio-refeição - R\$ 32,60.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 565,28.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 434,17.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 371,43.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 165,65.

Requalificação profissional - R\$ 1.457,68.

Auxílio-funeral - R\$ 978,08.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 145.851,00.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 102,09.

Vale-Cultura, valor de R\$50,00, mantido até 31/12/16.

2017 - Os valores vigentes em 31/08/2017 serão reajustados pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%.

Prenúncio de um capitalismo global administrado pela ditadura dos banqueiros

Por Marcelo Caon

Dirigente do Sindicato dos Bancários Caxias do Sul e historiador

A atual greve dos bancários no Brasil, bem como o cenário político destes tempos reforçam certos aspectos das crises generalizadas pelas quais o mundo moderno já passou.

Estamos hoje em um momento crucial do desfecho da financeirização global hiperendividada e desregulamentada, iniciada nos anos 1970-1980, que utilizou um modelo para resolver os conflitos trabalhistas implicando na falência do banco de investimentos Lehman Brothers em 2008. Neste caso, a luta por aumento real para os bancários vai muito além do 3% restantes para alcançar o índice de inflação e superá-lo. Trata-se de um embate no qual está em jogo a estagnação em nossas condições de melhorias de vida, que serviriam por elevar nossa capacidade criativa de transformação. Isso tudo para manter os rentistas mais rentistas, reforçando a concentração de renda e jogando a categoria bancária para o setor terceirizado, rebaixando as condições de trabalho e colocando o trabalhador no submundo dos direitos.

A tarefa do setor progressista é resistir enquanto se reorganiza a proposição de uma política sólida contra o avanço da agenda ultraliberal

É disso que estamos falando quando, nos últimos anos, o resultado dessas reacomodações foi que um grupo de bilionários que constitui hoje uma plutocracia cada vez mais poderosa (cem maiores bilionários) juntaram US\$ 240 bilhões a mais em seus cofres só em 2012. Na mesma proporção, mas em sentido contrário, o bem-estar das massas estagna ou sofre uma degradação crescente. (Grécia e Espanha, e agora Brasil).

Nesse sentido, nosso país e nossa categoria estão passando, neste momento, um processo lento de desorganização e manipulação encampado por aqueles que dificilmente negociam: os donos do poder e do capital. Embora seja importante a negociação

localizada sobre o índice, é relevante pensarmos novas ações diante desses desdobramentos.

De modo geral ainda, deve-se ter presente que os bancos centrais, incluindo o brasileiro e o Federal Reserve (EUA) têm tido como objetivo básico o de socorrer e proteger os banqueiros (de forma direta ou indireta nas últimas décadas) ao invés de cuidar do bem-estar das pessoas, uma questão clara de hegemonia de pensamento de quem está "Estadista" ou como se ausenta deste papel, ou ainda, como a democracia nos é roubada. Desta forma, no Brasil o Estado está agora junto dos bancos privados, isto se não forem as mesmas pessoas forçando impedir o aumento real como estratégia, numa espécie de versículo da Bíblia chamada "o caminho da servidão" do profeta neoliberal Hayek, base dos ataques aos trabalhadores durante os anos 70-80. Nosso atual governo, golpista, já explicitou de forma muito clara em seu programa como gosta desse cartilha. Temos, então, um Estado-banqueiro.

Sequer no Brasil foi aplicado de forma consistente o último modelo, e se volta ao velho remédio em uma agenda ultraliberal. É necessário romper com as duas visões e ir mais adiante, tal como entender que o aumento da campanha salarial não se fecha em si.

A tarefa do setor progressista é resistir enquanto se reorganiza a proposição de uma política sólida contra o avanço da agenda ultraliberal.

Enquanto isso não nos assustemos, pois ainda veremos mais essa velha classe ser apoiada por um outro tipo de Estado: o de vigilância, que se utilizará sempre do poder policial para dominar qualquer dissidência em nome da nova estratégia de estigmatizar os movimentos sociais, chamando-os de terroristas.

Nesta reconfiguração, se alterará drasticamente o modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas relações sociais e nas preferências culturais que permeiam nosso entorno. Cabe a nós entender o que isso significa, estarmos críticos ao todos os quadros que forem apresentados, pois se trata no mesmo jogo: capital versus trabalho.

Sindicato lança novo site



No último dia 13 de setembro o site do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região completou 10 anos. Para assinalar a data, a entidade está apresentando seu novo site, um canal de comunicação direta com seus associados, que ganha agilidade e movimento.

O novo layout foi desenvolvido para garantir acesso mais rápido às informações importantes da categoria. Além de uma "limpeza", a página ganha mais possibilidades, com ferramentas de fácil manejo e mais conectividade.

O novo site foi desenvolvido

pela mesma empresa que assinou a versão antiga do site, a Interativa.com, que realizou uma ampla pesquisa entre as novas tendências em sites de internet para dar esta nova cara à ferramenta.

Ao acessar, o usuário constata que as notícias ganharam mais destaques. Também ficará mais fácil acessar as demais abas, como serviços, convênios, entre outros.

Além disso, agora o site pode ser acessado também em celulares e tablets, e está integrado ao Google, facilitando a pesquisa na internet.

ATO E PLENÁRIA SINDICAL EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Na luta contra a PEC 241, o desmonte da CLT e a Reforma da Previdência

PALESTRANTES:
Senador Paim
Daisson Portanova
Nivaldo Santana

26/10 - 14h
Auditório da FSG
Rua Marechal Floriano, 1094
Centro - Caxias do Sul

